

Ata da Reunião Ordinária do mês de Dezembro de 2020 do CEDM/PR

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às quatorze horas e quinze minutos em primeira chamada, por web conferência; **Abertura** – As Secretárias Executivas Jane Vasques e Fernanda Marchione, iniciam a reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial; **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio – SEJUF/DGDM; Suplente: Tânia Mara Domingues; Titular: Jussara Fatima Ribeiro - SEAS; Titular: Dineia Alves de Freitas - SETI; Titular Ana Claudia Machado-SESP; Titular: Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão - SEDEST; Titular: Kamila Conte Kunz - SEDU; Titular: Ana Zaiczuk Raggio - SEJUF/DEDIF; Suplente: Carla Aguiar-SESA e a Titular: Jussara Ribeiro-SEAB; **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa-UBM; Titular: Carmen Regina Ribeiro – RFS; Eunice Teiko -CUT/PR; Titular: Maria Elvira Araujo - FAMOPAR; Titular: Terezinha Andrade Possebom - HUMSOL; Titular: Gabriela Storgatto - Grupo Dignidade; Suplente; Titular: Daniele Bittencourt Azevedo Perich; Suplente: Clarice Weisheimer - FETEC; Titular; Isabela Candeloro Campoi - UNESPAR; Titular: Rosalina Batista - ASSEMPA; Titular: Ivonete Paulino Xavier RMN/PR; Suplente Karen Eduarda - CRP; Suplente: Marceli de Camargo - CIAF; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco - FAMOPAR; **Colaboradores e Convidados:** Ana Paula Unger, Procuradoria da Mulher- ALEP, Janaina de Oliveira Plasido - MP; Vanessa – NUDEM; Celia Regina - RMN/PR; Genny Santos – SEAB; Rose Macfergos; Alessandra Abraão ALEP; Marcia Lopes; Eliana Salsebo e Tamires. A Presidente Maria Isabel inicia a reunião cumprimentando a todas as presentes e da boas vindas a nova secretária executiva, Fernanda Marchione e agradece a presença de todas, iniciando a reunião com: o item um; **1) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Pauta aprovada; **2) Aprovação da Ata de Novembro:** Ata aprovada, com a ressalva da correção do nome da colaboradora Janaina Plasido de Oliveira do MP; **3) Informes da Secretaria Executiva – Definição da reunião do estudo Mãe Menina:** Carmem fala da importância da reunião ser presencial, a presidente propõe que seja realizado presencial, para depois do dia 20 de janeiro de 2021; **4) Informes do Departamento:** A Vice-presidente e chefe do DGDM, Mara Sperandio, fala sobre a operação verão, sobre o ônibus e os atendimentos psicossocial e jurídico, ela pede a aprovação da Conferência Online, Tânia também fala sobre a Conferência, sobre a organização online, Silvane reforça a importância da Conferência online, Mara reforça o pedido da aprovação da Conferência perante o Conselho, a Presidente fala que primeiramente deve ser remetido para a Comissão de Conferência e deve ser apresentada em nova reunião para aprovação, Célia da Rede de Mulheres Negras, que estava sem acesso a câmera e passa a palavra para a Ivonete que pergunta para a Conselheira Mara se o formulário de avaliação de risco vai atender as mulheres da zona rural, Mara responde que sim, que o formulário é para atender qualquer porta de atendimento onde as mulheres possam buscar por socorro, reforçando que o formulário é para atender todas as mulheres do Paraná, Célia pergunta para a Mara sobre as comunidades Quilombolas, sobre todas as mulheres e as dificuldades que elas encontram pois na maioria das vezes o acesso é inviabilizado, fala da importância de todas as diversidades terem o mesmo acesso, Carmem fala sobre a pauta do formulário de capacitação na próxima reunião, ressalta a

importância das conselheiras em fazer a capacitação, ela fala da importância do papel da SEJUF junto dos escritórios regionais pois a mulher está no município, a importância da rede estar presente na avaliação e não somente o poder judiciário ou a polícia, a importância de todos para identificar o maior e o menor risco, pede para que a Mara fale qual é o planejamento que está sendo feito para incentivar a organização das redes municipais, a Presidente informa que são dez CRAMs em todo Estado, Mara diz que essas pontuações foram muito importantes, fala que vai começar um projeto piloto na região de Foz do Iguaçu e explica sobre como será feita a divulgação, que ira planejar no começo do ano junto a rede de Assistência Social do Estado para realizar o plano piloto para que as pessoas se capacitem para usar o formulário, explica que vai começar o projeto piloto com os fórum das gestoras para que seja feita a divulgação para que essas pessoas se capacitem e que é muito importante que todos participem, a Presidente ressalta a importância de abrir mais uma porta confiável e a clareza para onde deve ser feito os encaminhamentos, Mara fala que terá muitas novas capacitações e o que for sendo feito na Secretaria sobre o mapeamento das capacitações irá sendo repassado, Isabela de Paranaíba fala que lá tem um plano piloto, Maria Elvira pergunta sobre o prazo do projeto piloto em Foz do Iguaçu, como e quando irá acontecer, a Dra. Ana Cláudia Machado fala que em Foz do Iguaçu está sem delegado, tanto a Delegacia da Mulher quanto o Núcleo estão sem autoridades policial, diz que será muito complicado começar os projetos pilotos pela falta de delegado, que já tinha deixado claro no comitê que mesmo com os dois projetos pilotos que, antes de implementar o formulário, deve ser feito um esboço dessa rede pois, por mais que depois haja uma alteração, não pode entregar o formulário na delegacia logo no primeiro dia sem saber para quem irá encaminhar, ela diz que estaria vendendo uma falsa sensação de segurança para a mulher, diz que achou que foram muito importantes os dois encontros, mas que entende que foi mais uma divulgação do que uma capacitação, porque eles deixaram bem claro que a forma que decidiram preencher o formulário não é a soma das respostas que vai dar a graduação do risco, que depende do tipo do risco, que eles deram um exemplo, se a pessoa tiver acesso a arma de fogo ou, se o homem chegar a mencionar o possível suicídio, isso, por mais que seja uma coisa só assinalada, já pode configurar um alto risco, ela fala que tem que ser mais aprofundada essa capacitação para esses dois pilotos antes de entregar um documento nas mãos dos policiais, ou, até mesmo nas mãos da rede, porque o CRAS pode receber uma mulher, preencher o formulário e por não saber “ler” este formulário, acabar fazendo um encaminhamento que não seria o correto, então, essa mulher voltaria para casa e acaba sendo vítima de um feminicídio, a Dra. Ana Cláudia diz que entende que nos projetos piloto precisa escrever a rede, rascunhar e melhorar a capacitação da rede antes de implementar o formulário, Mara diz que terá muitas capacitações conforme falado no comitê e a medida que for tendo novidades irá repassando, que cada município tem seu fluxo, sua demanda, que o principal é que o primeiro passo foi dado para essa construção, Isabela da Unespar fala que Paranaíba está apta para receber o plano piloto, Silvana Rausis da ASSEMPA fala sobre a importância de mapear e pede permissão para a dona Rosalina estar em contato direto, a Presidente fala da importância de ter os protocolos e de ter a rede bem encaminhada e não queimar a ferramenta, que quando ela

for colocada em pratica esteja bem desenhada, Silvana Rausis complementa falando da importância das mulheres na rede e agradece pela oportunidade pela participação, Janaína coloca no chat que a Dra Carolina disse que haverá outras capacitações depois que for definido o fluxo para aplicação do formulário, após essas colocações a presidente retoma com a questão que a Mara havia solicitado a Conferência online e passa a palavra para a conselheira Marcell para fazer as suas colocações, Marcell fala sobre a Conferência, ela diz que além da questão que deve ser trabalhadas nos próximos meses, que, participou da Conferência como delegada da Conferência Estadual da Criança e do Adolescente e teve uma experiência horrível, ela diz que não tinha um canal específico para os delegados pontuarem as suas questões, que ficaram como meros espectadores no chat do youtube, que isso não é legal, que isso não promove a participação da sociedade civil, sugere que para ser feito, considerando a questão da pandemia, que, no próximo ano, que se faça a conferência online, mas com a presença das conselheiras presencialmente e, talvez, com a presença de alguns convidados importantes, como MP e ALEP, a Comissão seria encarregada de definir essas questões, Marcelli diz que é muito importante que os atores que estão hoje, que estejam presentes na Conferência, ela reafirma que foi uma experiência péssima como delegada na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, fala que a Comissão fez de tudo para que a coisa fosse boa, para que a experiência fosse importante, mas que não foi, que infelizmente, dava para ver que estavam tentando fazer a coisa acontecer, mas, a presença das conselheiras, conselheiros e delegados realmente é muito importante e terão que encontrar uma maneira de fazer isso acontecer, que acha que a Comissão precisa ter essa decisão, acha que isso é o principal e encerra a fala dizendo que queria contar da experiência e começar essa discussão na Comissão, a Presidente diz que deve ser direcionado a pauta para a comissão, Mara concorda que seja encaminhada a pauta para a Comissão decidir, a Presidente comenta sobre as formas que estão sendo definidas as Conferências nos municípios antes mesmo de definir a estadual, dona Rosalina pede a palavra e fala que é bem difícil conduzir a Conferência virtual, diz que as condições de vários debates fica mais difícil e não sabe se em uma Conferência só para conselheiras, como será a participação do cidadão comum, fala que está sendo discutido em seu conselho municipal da mulher de como irão fazer, não só as questões da Conferência Nacional, mas como farão para eleger as novas entidades para compor o Conselho Municipal da Mulher, que estão muito preocupadas com essa situação, como e o que poderão encaminhar sobre isso em um momento muito difícil, onde a sociedade, em várias questões, é sempre difícil de poderem participar, se tratando de uma conferência da Mulher, que queria fazer essas ponderações e pergunta para qual público será direcionado a Conferência Estadual, se é apenas para conselheiras, e, os delegados e os cidadãos comuns como irão participar, ela fala que a Conferência é um espaço do cidadão, de construir novas propostas, novos encaminhamentos e pede para que seja organizado a participação e após a pandemia seja feito o plano de saúde, plano estadual da mulher, planos municipais, que seja tudo pautado com o Brasil normal e fala que agora que vão entrar em 2021 com outra pauta de olhar e de reorganização de processo de assistência, a Presidente concorda com a fala da dona Rosalina e diz que teve uma reunião com a sua entidade onde a preocupação é

a mesma, de como que irão mobilizar as mulheres diversas, como não ficarão dispersas pois precisam que toda diversidade de mulheres estejam na Conferência, se não será feito uma Conferência apenas para dizer que foi feita, ela diz que é muito importante que as conselheiras pensem muito sobre isso na comissão, inclusive, se mais mulheres quiserem aderir a comissão, que irão precisar de todo apoio e que sejam bem vidas, dona Rosalina fala que quer entrar, a Presidente pede para as secretárias que coloquem os documentos para a apresentação, a secretária Jane fala sobre a troca de conselheiras na comissão de conferência e explica que no site do CEDM tem uma deliberação da comissão de conferência, pede que as conselheiras olhem a deliberação, a conselheira Marcell abre o site e lê a deliberação, a Presidente diz que isso terá que ser analisado na comissão, a Presidente diz que mesmo que as conselheiras que não estejam formalizadas são bem vidas e fala sobre os documentos que serão apresentados e lê o documento Fórum de Discussão de Políticas Públicas para Mulheres, após a leitura ela diz que a própria comissão do CEDM vai alimentar essas possíveis deliberações da organização nacional, ela diz que até agora teve pouca coisa das deliberações do conselho com a nacional, que acredita que agora começa ter mais clareza porque todas essas questões que estão sendo levantadas ali, também irão ser levantadas nas deliberações do Nacional com todas as regiões do país, que acredita que a questão agora é fortalecer a Comissão mesmo que ainda não tenham formalmente todas dentro da Comissão, que terão muito trabalho pela frente e que precisam ter dinamismo e força para fazerem isso pois, logo os municípios irão começar a perguntar como irá ficar para eles e as intermunicipais que tinham mandado deliberações para os municípios, que acredita que essa é uma pauta que deve ser encaminhada para a Comissão e a Comissão irá trazendo o plano do conselho e que irá sendo trabalhado com a Comissão Nacional, a Presidente pede que analisem se ela está correta e que após essa análise aprove pois, este é o encaminhamento que será dado e pede para as secretárias que encaminhe todos os documentos que já se tem sobre a Conferência para todas as conselheiras, incluindo as novas que entraram depois desses tramites, a Presidente fala que as conselheiras que tiverem dúvidas podem ir perguntando pelo próprio WhatsApp para agilizar, a Presidente explica que os encaminhamentos são para a Comissão ver quem vai poder participar, ela fala que a Comissão terá que estudar sobre o que está sendo deliberado pela nacional e trazer para o Estado, para o pleno para aprovação, Marcell fala que também deve ser visto o que a Secretaria já preparou para em conjunto pensar em um planejamento macro, a Presidente fala que também deve ver o que existe de estrutura possível para uma possibilidade que, possa ser estudada, e, também, uma viabilidade para uma Conferência online e qual a estrutura que teriam e, sobre essa questão dos recursos que tinham, em que situação eles ficam para o próximo ano pois já era algo que tinham solicitado, a Presidente explica sobre os documentos e que tem os nacionais e os estaduais, ela explica que a Conferência Nacional é a última e após todas as Conferências Estaduais, que o Conselho Nacional é quem estabelece até quando são as estaduais e as municipais, e, o Conselho Nacional está com dificuldades de fazer por uma série de questões, que a partir dessas deliberações irão fazer isso, que irão ouvir todas as regiões do país para saber em que pé estão as Conferências nas regiões, que tem duas reuniões

preparatórias nos dias quatorze e quinze, conforme o documento que lhe foi entregue ontem, preparatório para a reunião do dia dezoito e, é essa que irá avaliar como será o processo da conferência junto com o Conselho Nacional e que o Conselho Nacional pede socorro para o país inteiro e que provavelmente a partir da reunião do dia dezoito teria que ser alterado os prazos para as conferências municipais, interestaduais, conferências livres, conferências regionais e para as conferências estaduais, a Presidente diz que em princípio as conferências não serão virtuais e que é preciso ver essas deliberações da nacional, se elas preveem conferências virtuais pois se não tiver essa previsão e o conselho fizer, poderá não ser válida, Marcell sugere que para a próxima reunião que tiverem que façam uma apresentação, ela se compromete a ajudar com essa apresentação, explicando todo o processo e que como tem várias conselheiras novas, que vale a pena fazer isso e colocar o passo a passo e pontuar isso num documento, que este irá ajudar na reorganização no começo do ano, a Presidente concorda e pede para as secretárias para colocarem as que estão se dispondo a fazer parte da comissão para que já sejam incluídas no grupo do WhatsApp e que pudessem organizar uma reunião virtual assim que tiverem as definições no fim do ano ou no inicio de janeiro, Clarisse diz que está como suplente do conselho, ela diz que entrou como suplente porque não sabia como eram os tramites do conselho mas que já esta se sentindo bem inteirada e vai passar a ser a titular do conselho, que ela quer fazer parte e que elas já estão encaminhando um ofício para que o seu nome fique como titular no CEDM, Isabela pede para a comissão considerar algumas de suas preocupações, como por exemplo se o conselho de Paranavaí conseguiu prorrogação e ele vai teoricamente existir até o final de dezembro e que só vão eleger uma nova composição do conselho municipal quando tiver a conferência, que por isso, é importante considerar que a conferência estadual de este respiro para os municípios, ela fala que apesar do prefeito de Paranavaí tenha sido reeleito o conselho expirou e para não correr risco dos “Ns” municípios pelo Paraná a fora enfraquecerem este processo, ela fala da importância de eleger seus conselheiros, ela diz que fica preocupada com isso, diz que devem fazer em fevereiro ou março, pede que deem tempo para os conselhos municipais se organizarem e tenham tempo de eleger seus conselheiros para então irem para a estadual e depois para a nacional de uma forma coesa, para que não percam os espaços que já tem, diz que deve ser pensado na própria agenda e execução e que a comissão vai ter que se preocupar e considerar esse prazo que os municípios precisam para reformular o conselho e fazer as conferências municipais e que o fórum nacional será muito importante para terem uma diretriz para saberem se pode ou não fazer individual e como fazer as divulgações, ela diz que é para não correrem o risco de perder o que já tem, Marcell fala que essa é uma preocupação que já existia desde o começo do ano, a Presidente diz para Marcell que ficaram um pouco perdidas nestas questões pois não conseguiram desde o inicio, pois, tem apenas duzentos e cinquenta novas vagas para a conferência física, conferência virtual e que dentre essas duzentos e cinquenta vagas estão as vagas da sociedade civil e governamental e que essa foi a questão que a comissão mais teve dificuldades e que teve uma época que Marcell se afastou e essas foram uma das maiores dificuldades que tiveram e que terão que rever tudo e como irão fazer e que nos conselhos estaduais já

não há escolha de conselheiros junto com o processo de conferência porque da muita confusão e que isso é orientado também para os municípios e para que os conselhos também façam isso e que é importante que seja separado este processo para não complicar todo meio de campo e que devem ir levando a questão para ver em que vai dar e cita o exemplo de Paiçandu que teve que fazer a conferência pois precisavam realizar o conselho e tinham que escolher na conferência e que por isso não poderiam deixar passar, a Presidente observa se a questão ficou esclarecida e pede que fosse encaminhado para a comissão e a comissão deverá avaliar e ver inclusive quantos poderão participar do encontro nacional ou se é apenas presidente e vice-presidente e pergunta se a Mara teria alguma comunicação sobre essas questões, Mara diz que gostaria que a Tânia e a Silvane participassem pois elas fazem parte da comissão e também a secretária Fernanda Marchione pois será quem irá atuar em 2021 como Secretária Executiva do CEDM e por isso deve também estar participando, a Presidente fala para Mara observar que não se sabe nem quantos poderão mandar e quantos poderão entrar na reunião e que essa é a primeira pergunta que deverá ser feita e que talvez a Mara por estar em contato com o grupo nacional possa fazer essas perguntas, Mara diz que já pediu mais convites mas que ainda não obteve resposta, a Presidente diz para Mara que devem proceder da seguinte forma: que primeiro verificar quantas pessoas podem participar, se serão quatro pessoas devem ter paridade, sendo duas sociedade civil e duas governamentais e que não se pode colocar todos governamentais e apenas a Presidente representar a sociedade civil, ela fala que este é um cuidado que é sempre preciso ter, Mara concorda, a Presidente pede para quando a Mara tiver alguma resposta que repasse para ela e após essas observações a Presidente passa para o item cinco; **5) Desafio para Mulheres Trans em Tempos de Pandemia:** A presidente da as boas vindas para a Rose Marcfergues e informa que apesar das pautas estarem extensas será mantido o tempo de quinze minutos para a apresentação pois as mulheres trans vivem momentos difíceis na pandemia e pede que Rose explique durante a apresentação essas dificuldades e explica que estão em processo para o próximo ano de revisão do plano estadual e precisam contemplar todas as mulheres dentro deste processo, Isabela apresenta a Rose e da boas vindas, Rose inicia sua apresentação dizendo que é uma honra estar participando pela primeira vez de uma reunião de um conselho da mulher e diz que para ela isso é muito importante e que passou a se sentir um ser humano nos últimos três anos e que desde então passou a se sentir viva pois, durante este período, ela vem ocupando alguns espaços, sempre representando a comunidade de mulheres trans, principalmente para elas que vivem no interior do Estado, ela conta que elas vivem numa situação de violência extrema e de apagamento extremo e que tudo para elas é neste sentido, que não existe um meio termo nas relações delas com a sociedade e que mesmo dentro dos grupos LGBT elas encontram confrontos para conseguir ter um espaço de fala e reivindicações de suas pautas, que outros movimentos de mulheres sempre estão em constante briga e por isso faz pouco tempo que ela vem se sentido como ser humano pois antes era tratada como se não fosse, Rose fala que hoje em dia as mulheres trans estão numa situação de luta pelo mínimo para sobrevivência delas e que as instituições, principalmente agora na atual conjuntura política, em especial

no Paraná por ser um Estado conservador, machista e absolutamente preconceituoso para elas, mulheres trans, tudo é muito complicado, que tudo é muito difícil, Rose diz que muitos dos espaços para discussões de direitos humanos e dos direitos das mulheres não se vê mulheres trans e que as vezes conseguem ter espaço de fala nos movimentos LGBT mas que elas ainda tem muitas dificuldades, ela conta que alguns dias atrás foi convidada para participar do CRP/PR juntamente com a Carol que é do grupo trans Maria Prado de Curitiba, para fazerem uma interferência num trabalho de divulgação sobre as dificuldades das mulheres em situação de violência, em especial as mulheres trans pois, a rede atendimento costuma não as atender, ela diz que a rede costuma tratá-las com violência e acaba não sendo um socorro para elas, que não é um refúgio, ela diz que esta falando da rede num geral e que elas tem muitas dificuldades em atendimentos, de serem ouvidas e respeitadas e que apenas agora estão conseguindo discutir pois decidiram focar o dialogo com a rede, com os profissionais que estão diretamente nos atendimentos e que dão mais apoio as mulheres trans, ela diz que as mulheres trans estão em maior número entre as mulheres em subempregos e que são em 90% na prostituição, que estão em todas as situações de exclusão e na questão de apagamento elas sempre estão em maior número, ela diz que quando se cadastrou na rede do SUS para ter acompanhamento de saúde, que só conseguiu atendimento junto do CPATT/PR pois em conjunto com o CEDH na Unespar entraram com pedido na justiça para conseguir que ela tivesse atendimento, ela diz que só conseguiu por ser privilegiada por ter as companheiras de militância mas que a grande maioria das mulheres trans não tem e costumam ser maltratadas quando buscam atendimentos, principalmente agora com a pandemia, ela fala que a rede não chega nelas e que os movimentos dos trabalhadores também não as apoia e que muitas mulheres trans estão nas ruas e passam fome, que neste momento de pandemia não conseguem se quer exercer o trabalho como prostitutas, ela diz que a conjuntura política atual vem piorando mais a situação das mulheres trans, ela conta que participa de vários debates e sempre ela é a única mulher trans, que nas universidades e espaços de trabalhos é raríssimo ver mulheres trans, que as mulheres trans ainda não existem para a sociedade e para o Estado, que é muito importante que os conselhos convidem as mulheres trans para participarem das composições, que isso é muito importante para elas, Rose diz que as mulheres trans não sofrem apenas com o machismo, que elas sofrem preconceitos das mulheres e das mulheres CIS, que mulheres e homens querem matá-las, que elas não são aceitas, que elas não estão vindo para roubar espaço de ninguém, que o espaço delas ainda é nas ruas sendo prostitutas, sendo usuárias de drogas ou, em presídios, ela fala que os espaços continuam sendo os mesmos, que as mulheres trans não tem condições físicas ou política para tomar espaço de ninguém, ela diz que a luta das mulheres trans ainda é muito fraca e que todos os grupos de mulheres devem lutar pelos direitos de todas as mulheres, a Presidente complementa falando que as estatísticas de violência contra as mulheres trans praticamente não existe e concorda que todas as mulheres devem lutar em defesa dos direitos de todas, que quando uma mulher trans é ameaçada, todas as mulheres são ameaçadas e que as estatísticas de estimativa de vida das mulheres trans é muito baixa e as pessoas nem imaginam isso, que muitas vezes nem estatísticas existem,

a Presidente fala que ficou muito bem colocado a questão da intolerância e da violência, seja violência de gênero ou doméstica, seja violência política citando como exemplo casos de violência política contra mulheres negras que foram eleitas, a Presidente fala que isso é um absurdo, que é isso mesmo, que a luta deve ser por todas as mulheres, ela fala que é muito importante que essas ideias de políticas públicas sejam trazidas pois são essas que o conselho quer defender no plano estadual, dona Rosalina pede a palavra e parabeniza Rose e fala que em Londrina tem a Poliana como conselheira e que ela tem levado uma pauta que tem ajudado muito o conselho e que a Poliana faz parte das comissões, dona Rosalina explica que realmente não é fácil e que realmente deve ser pautado o lugar de cada uma em defesa de todas as mulheres e que essas pautas devem ser levadas na conferência, Sivana fala que a dona Rosalina fez uma excelente colocação e diz que a Presidente foi muito feliz nas colocações quando disse que já existe um plano estadual que contempla e que deve ser revisto e ser colocado nas pautas, a Presidente agradece a apresentação da Rose e diz que o espaço está sempre aberto para as mulheres trans e todas as mulheres, Rose agradece pela abertura do espaço para que as mulheres trans tenham mais essa inclusão de espaço, ela diz que as mulheres trans ainda não são vistas como mulheres e que a três anos as mulheres deixaram de serem vistas pela sociedade como uma doença mas que ainda existe muito sofrimento e que as mulheres precisam dar as mãos, a Presidente novamente agradece e passa para o item seis; **6) Apresentação SEAB – Projeto Fomento Mulher do Nosso Plano:** Jussara cumprimenta a todas e diz que quem irá realizar a apresentação é a Genny, e passa a palavra, Genny cumprimenta a todas e dá início se apresentando, que é assistente social e extensionista municipal no município de Londrina e nos assentamentos: Ele vive-1 e, Ele vive-2, que esses assentamentos tem 501 famílias e que é um assentamento do Movimento Sem Terra – MST, que começaram a fazer um trabalho lá dentro a praticamente dois anos e que este é um projeto do Incra que é colocado como uma estratégia de construção de autonomia das mulheres rurais, ela fala que as mulheres rurais também sofrem com a falta de autonomia, que o projeto é uma linha de crédito onde as mulheres conquistam autonomia através do trabalho e através da participação em gestão de pequenas propriedades, ela explica que o projeto abre uma linha de crédito e assistência técnica para as mulheres para que elas possam desenvolver algum tipo de trabalho e através deste trabalho produzir renda e essa renda lhe dará autonomia, Genny diz que este projeto foi dado início em 2018 e irá perdurar por mais tempo, ela diz que as beneficiadas são mulheres da reforma agrária e que para ter participação no projeto elas devem obrigatoriamente estar inclusas no Cadastro Único e que estes cadastros devem estar atualizados, que elas devem estar regularizadas dentro do lote, ela explica que para participar todas terão acompanhamento de assistência técnica para saberem realmente qual é a melhor forma de aplicarem o dinheiro e qual a melhor forma de produzir renda com este crédito e que em Londrina é a Emater que oferece essa assistência, que as mulheres recebem cinco mil reais em uma parcela única e tem o prazo de um ano para pagar sendo que o juro é de 0,5% ao ano e que tem um abatimento de 80%, que de cinco mil irá pagar apenas mil e cinco reais pelo crédito que foi concedido e quando ela tem acesso o Incra lhe dá um cartão do Banco do Brasil e a própria mulher é quem faz

todos os processos de movimentação, que o papel de assumir este trabalho fica por conta da mulher, ela explica que isso é muito bom pois já empodera as mulheres, Genny diz que as mulheres podem investir em vários itens na sua própria propriedade e isso irá gerar renda sem que a mulher precise sair para outros trabalhos fora de suas propriedades em busca de renda, ela fala que para ter este projeto em Londrina teve que ter um acordo, uma ACT entre Incra e Emater e, este acordo foi designado no dia onze de setembro de dois mil e dezoito e publicado em setembro de dois mil e dezoito e a partir dessa assinatura deu início o trabalho junto com as mulheres e o movimento, ela fala que o assentamento tem lideranças muito fortes, que são divididos em brigadas e cada brigada é constituído por cinquenta famílias na responsabilidade de um dirigente onde há discussão de todos estes temas com esses grupos e a primeira coisa que fizeram foi falar com os dirigentes e se eles aceitariam o projeto e após com as mulheres, as que estavam aptas foram feitos dez reuniões com trezentos e quarenta e cinco mulheres, Genny diz que alguns técnicos não conheciam os assentamentos e que teve um mutirão do projeto em tempo de dar a oportunidade de participação dessas mulheres, que conseguiram efetivar cento e oitenta e oito, que dos cento e oitenta e oito efetivados nem todos foram colocados, no Ele Vive-1 cento e um projetos e no Ele Vive-2 trinta e sete projetos foram colocados, noventa em leite, vinte em agricultura, vinte em café, vinte em grãos, doze em bovinos, onze de aves, onze suinocultura, três de café, três de peixes, dois de seda e dois de ovelhas, ela fala que a economia local recebeu novecentos e quarenta mil reais, que o assentamento fica muito próximo de um distrito e que a economia do distrito cresceu, que tem uma lista de oitenta e cinco mulheres que não estavam regularizadas e eles conseguiram regularizar pois as mulheres é quem são responsáveis pela posse dos lotes, Genny apresenta exemplos de mulheres que estão desenvolvendo diferentes projetos que estão gerando rendas e dando autonomia para as mulheres, ela fala que apesar de tudo a assistência técnica ainda é um desafio, ela diz que gostaria de ter vídeos para apresentar, mas que por conta da pandemia não foi possível, pois, é muito arriscado levar o vírus para a zona rural já que lá os recursos são muito poucos, ela conta que também está sentindo que tem a participação das mulheres nas cooperativas e que busca que elas também participem dos conselhos, que qualquer projeto que faz para as mulheres é muito gratificante e sempre tem muito retorno, ela fala que é satisfatório ver a vida das mulheres sendo melhorada e que tem que ser feito trabalhos em prol das mulheres rurais para que elas também possam ser ouvidas, a apresentação do trabalho realizado pela SEAB, pode ser visualizado por completo no site do CEDM, www.cedm.pr.gov.br, no setor de relatórios do mês de Dezembro, Genny agradece e se coloca a disposição, a Presidente agradece e diz que o trabalho ficara disponibilizado na pagina e que realmente precisa ser divulgado, que estes trabalhos fazem a diferença e pede que tenha mais ações em prol das mulheres do campo, dona Rosalina fala da capacitação que o conselho fará e irá informar Genny, a secretária Jane lê as perguntas de Célia que foram feitas no chat, Célia pergunta se o crédito está ativo para liberação em 2021, se tem apresentação dos índices de nível Paraná das mulheres atendidas e se teve alcance nas comunidades tradicionais, Genny fala que em Londrina não tem comunidades tradicionais assentadas e que desde de 2010 existe crédito para elas, que a partir de 2021 o crédito está no orçamento, que

está previsto para 2021 sim, que o Incra tem os índices dos assentamentos mas que ela não tem acesso, que através do Incra é possível conseguir e que ela não pode responder pelo Incra mas que pode passar o contato deles, a Presidente agradece e passa para o item sete; **7) Comitê de Morte Materna:** Carmen faz um relato resumido da reunião do Comitê Estadual de Morte Materna, Infantil e Fetal do Paraná, que tinha como pauta dois pontos: o primeiro foi a discussão do regimento interno do Comitê que havia sido discutido na reunião anterior do Comitê, quando recebeu sugestões e foi trazida pela SESA uma redação final para aprovação, argumentou que dois pontos colocados anteriormente não foram contemplados nesta nova redação, um se refere a que o Comitê deveria ser responsável pela avaliação final dos óbitos maternos, infantis e fetais, mas que foi considerado que seria em retrabalho sobre a avaliação do grupo técnico denominado GETARO, não sendo aceita a alteração, outro ponto se referia à periodicidade das reuniões do Comitê previstas para cada três meses e a proposta feita seria a cada dois meses considerando a multiplicidade de dados a serem analisados, igualmente esta proposta não foi aceita e, mesmo não tendo experiência de participação no Comitê, avalia como sendo muito difícil que, com 4 reuniões anuais, o Comitê possa exercer o seu papel de análise da mortalidade destes segmentos e a proposição de recomendações, o segundo ponto da pauta foi a apresentação dos dados de mortalidade materna e infantil, considera muito extensa a apresentação para ser feita online e dentro do tempo disponível, optando por fazer um resumo dos dados principais, de acordo com a apresentação os dados mostram um decréscimo da mortalidade a partir de 2015, mas, iniciando uma tendência de alta a partir de 2017, sendo em 2019 alcançado o índice de 42,4 e 2020, 51,9 morte maternas por 100 mil bebês nascidos vivos, sendo, ainda, dados preliminares, os dados indicam que de 2014 até 2019 a razão de mortalidade materna foi maior entre mulheres negras e pardas do que entre as brancas, que 94% dos óbitos aconteceram em hospitais e a maioria se deveu a causas que eram diretamente ligadas a situação de estarem grávidas ou terem tido bebês recentemente, sendo que as principais causas continuam sendo hemorragias e eclampsia, a fase do puerpério é onde se concentram os óbitos maternos, indicando que este é um período chave para o acompanhamento das mulheres, na avaliação da evitabilidade dos óbitos verificou-se que no total de óbitos de 2017, 74% foram considerados óbitos que poderiam ter sido evitados, que 10% foram inconclusos, que em 2018, a taxa foi de 80% e que 3% inconclusos, que em 2019, 69% considerado evitável, mas, 17% inconcluso, Carmem diz que para definir a evitabilidade são avaliados diversos fatores que intervieram para o desfecho de óbito, o atendimento pelos profissionais representou 34% dos casos sendo que a maior causa foi a falta de capacidade para identificar o risco, que 28% foram considerados causas institucionais evitáveis, pela falta de protocolos, a falta de seguimento e a falta de atenção às mulheres, 24% foram causas relacionadas à comunidade onde elas vivem ou entre a família que não percebeu o problema a tempo de buscar socorro, que entre as causas sociais aparecem a baixa escolaridade, baixa renda e a drogadição e entre as causas intersetoriais aparece a falta de transporte, em relação aos óbitos por COVID, foram apontados quinze óbitos em 2020, sendo que seis na região metropolitana de Curitiba, Carmem relembra que no começo do ano, com o início da

pandemia, o Conselho fez um alerta sobre a questão dos óbitos por COVID e que eles estão se confirmando, uma vez que o Brasil tem o maior número de óbitos por COVID entre os demais países, a Presidente agradece pela apresentação e passa para o item oito; **8) Balanço dos 21 dias de Ativismo:** A Presidente pergunta como estão os recebimentos, a secretária Jane informa que ainda não houve recebimento, a Presidente fala dos áudios e Jane informa que todos foram encaminhados para o site, ela explica que a comunicação pede 48 horas para colocar qualquer tipo de informação no site, ela diz que não recebeu nada da audiência pública, Mara pergunta se ainda tem condições de fazer os áudios, a Presidente informa que se tiver que ir gravar, não poderá ir, que se puder mandar os áudios tudo bem, Camila fala que da para fazer por telefone mas que não fica tão bom e que podem continuar fazendo pela rádio, a Presidente fala que pode preparar umas perguntas para o dia 10 e abre para quem queira falar sobre direitos humanos e a campanha dos 21 dias de Ativismo, dona Rosalina e Clarice se disponibilizam para falar na rádio, a Presidente passa para o item nove; **9) Programação do Monitoramento do Plano Estadual pelas Secretarias:** Carmem fala que este ano não foi feito o procedimento que vinham fazendo de apresentação das Secretarias em relação ao plano, ela fala que, como tem muitas conselheiras novas é bom explicar o que é, ela fala que tem um plano estadual que foi colocado o trabalho de cada uma das secretarias e as propostas vieram e que a partir disso foi organizado com a ajuda da SEJUF, do pessoal da área do planejamento da SEJUF, fazendo um diagnóstico nos vários aspectos das áreas da mulher e, a partir deste trabalho, foi organizado o plano e a melhor forma para fazer era durante o ano para apresentar a parte do que estava sendo feito e os resultados, ela fala que em 2020 acabou se perdendo e que agora devem programar para o próximo ano, inclusive, para que possa ter subsídio, ela fala que o importante é que façam a apresentação seguindo o plano e colocando os pontos que devem ser colocados no próximo plano e que é importante definir a Secretaria que irá apresentar, a Presidente fala da importância de fazer o monitoramento do plano que se faz mês a mês e solicita para a Mara que o Departamento faça a mobilização das Secretarias, Mara concorda e fala do projeto AME-SE e que poderá aproveitar para falar com as Secretarias, dona Rosalina fala que apenas ficam sabendo de algumas propostas quando o plano já está feito, que precisam acompanhar todas as ações de políticas da mulher, a Presidente agradece e passa para o item dez; **10) Calendário da Reunião de 2021:** A Presidente pede a aprovação do calendário e fala que inicialmente as reuniões serão virtuais e que se houver algum problema pode ser alterado, mas, em princípio é definitivo, o calendário foi aprovado e a Presidente passa para o item onze; **11) Informes Gerais:** Dona Rosalina pede um ponto de pauta para a reunião de março para apresentar o resultado de um projeto, o projeto Mulher Construindo Democracia, a Presidente fala sobre a violência política e racismo estrutural, que tiveram a primeira vereadora negra em Curitiba e sofreu violência estrutural, ela pede que o conselho faça uma nota de repúdio para ser publicada no site e fica aprovada a publicação da nota, a Presidente passa para o item doze; **12) Palavra das Conselheiras:** Isabela fala que os 21 dias de Paranaíba estão com uma programação e que pode mandar, ela fala da dificuldade de entrar na comissão, ela fala da conquista do espaço de fala, dona Rosalina fala que quer

apresentar o projeto do Conselho Municipal no Conselho Estadual, a Presidente agradece a presença de todas as conselheiras e colaboradoras e deseja a todas as mulheres de lutas um final de ano bom e que minimamente todas possam confraternizar e fazer o melhor, ela também deseja um feliz natal e feliz ano novo e o fim do coronavírus, ela pede para ter esperança em melhores dias. Esta ata foi desgravada pela Secretária Executiva, Fernanda Marchione e será encaminhada as conselheiras para contribuições e depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR.